



7º Encontro Internacional de Política Social 14º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise

Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Questões agrária, urbana e ambiental.

SUSTENTABILIDADE E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONSERVAÇÃO EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA

Evelyn Barroso Pedrosa ¹
Débora Cristina Bandeira Rodrigues ²

Resumo

O século XX e início do século XXI pesquisadores e cientistas vem ampliando estudos que versam sobre as problemáticas socioambientais em âmbito global e local, com vistas à construção de uma proposta de desenvolvimento pautado na sustentabilidade. No bojo deste debate, se insere o reconhecimento dos conhecimentos tradicionais associados ao uso da biodiversidade de forma sustentável, identificados sobretudo em comunidades tradicionais não indígenas da Amazônia. Diante deste contexto, o artigo tem suas reflexões pautadas nos resultados do projeto de pesquisa “*Conhecimentos tradicionais e práticas de sustentabilidade nas formas de uso e manejo de ervas e plantas medicinais: um estudo na comunidade de Santa Luzia em Caapiranga-AM.*” vinculado ao projeto maior “*Montagem da Paisagem do Conhecimento: uma estratégia de resgate, valorização e proteção de conhecimentos de ervas e plantas medicinais em comunidades tradicionais na Amazônia*”, financiado pelo CNPq, desenvolvido pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais Apropriadas na Amazônia – Grupo Inter-Ação, com utilização de metodologia participativa em comunidades ribeirinhas na Amazônia. A metodologia adotada foi a pesquisa-ação na qual foram adotados múltiplos instrumentos e técnicas de pesquisa: levantamento socioambiental, cultural e econômico; entrevista semiestruturada; técnicas de abordagem grupal; observação sistemática e assistemática. Dentre os principais resultados destacam-se: a) apropriação do saber-fazer no sobre o modo de uso e manejo de plantas e ervas, incluindo preparação de remédios caseiros; b) proporcionou aos comunitários a revalorização dos conhecimentos de ervas e plantas medicinais, já existentes nas comunidades a partir da auto definição, fortalecendo a “medicina” tradicional; c) (re) produção dos conhecimentos tradicionais, principalmente no que concerne aos recursos naturais da comunidade, no qual os comunitários realizam a conservação das espécies naturais e nativas da comunidade; d) foi impressa e entregue uma cartilha com as receitas caseiras de plantas medicinais identificadas nas comunidades, com registro de ideia junto a PROTEC/UFAM, dando o suporte legal aos conhecimentos de ervas e plantas medicinais conhecidas e usadas há várias gerações pelos moradores. Os dados obtidos através do estudo visibilizam que estes grupos detêm um profundo conhecimento sobre o manejo e uso, o que lhes tem garantido a conservação e reprodução de seus sistemas sociais e culturais, ao mesmo tempo garantindo a permanência da sociobiodiversidade da região.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Conhecimentos Tradicionais; Amazônia.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia e Bacharel em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Inter-Ação). E-mail: <evelyn_barroso_@hotmail.com>.

² Doutora na área de Gestão da Inovação em Biotecnologia, Professora adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Inter-Ação). E-mail: <deb.band@gmail.com>.

Sustainability and traditional knowledge: public policies for conservation in riparian communities in the Amazon.

Abstract

The twentieth century and the beginning of the twenty-first century researchers and scientists have been expanding studies that deal with socio-environmental issues at a global and local level, with a view to building a development proposal based on sustainability. As part of this debate, the recognition of traditional knowledge associated with the use of biodiversity in a sustainable way, identified above all in traditional non-indigenous communities of the Amazon, is inserted. In this context, the article has its reflections based on the results of the research project "Traditional knowledge and practices of sustainability in the forms of use and management of herbs and medicinal plants: a study in the community of Santa Luzia in Caapiranga-AM." major project "Assembly of the Knowledge Landscape: a strategy for recovering, valuing and protecting knowledge of herbs and medicinal plants in traditional communities in the Amazon", funded by CNPq, developed by the Interdisciplinary Group of Socioenvironmental Studies and Developments of Appropriate Social Technologies in the Amazon - Inter-Action Group, using participatory methodology in riverside communities in the Amazon. The methodology adopted was action research in which multiple instruments and research techniques were adopted: socio-environmental, cultural and economic survey; semi structured interview; group approach techniques; systematic and unsystematic observation. Among the main results are: a) appropriation of know-how in the use and management of plants and herbs, including preparation of home remedies; b) provided the community with the revaluation of knowledge of herbs and medicinal plants, already existing in the communities from the self definition, strengthening traditional "medicine"; c) (re) production of traditional knowledge, especially with regard to the natural resources of the community, in which the community members carry out the conservation of the natural and native species of the community; d) printed and delivered a booklet with the home recipes of medicinal plants identified in the communities, with idea registration with PROTEC / UFAM, giving legal support to the knowledge of herbs and medicinal plants known and used for generations by the residents. The data obtained through the study show that these groups have a deep knowledge about the management and use, which has guaranteed to them the conservation and reproduction of their social and cultural systems, at the same time guaranteeing the permanence of the sociobiodiversity of the region.

Keywords: Sustainability; Traditional Knowledge; Amazônia.

Introdução

No século XX e início do século XXI pesquisadores e cientistas vêm ampliando o desenvolvimento de estudos que versam sobre as problemáticas socioambientais em âmbito global e local, com vistas à construção de uma proposta de desenvolvimento pautado na sustentabilidade. Dentre as diversas temáticas abordadas, destacam-se as questões voltadas para as diferentes formas de organização e modo de vida de sociedades consideradas tradicionais, as quais tem desenvolvido uma forma específica de relação com a natureza de baixo impacto, com conseqüente conservação dos recursos naturais e socioculturais locais. Nas décadas de 1980-1990 foram possíveis identificar uma valorização em torno dos saberes tradicionais de comunidades amazônicas, sobretudo no que tange as formas peculiares de conservação do ecossistema e da sociobiodiversidade local, os quais historicamente desenvolveram e desenvolvem suas práticas e técnicas agrícolas fundamentadas nos princípios da sustentabilidade.

Estes grupos detêm um profundo conhecimento sobre o manejo e uso, o que lhes tem garantido a conservação e reprodução de seus sistemas sociais e culturais, ao mesmo tempo garantindo a permanência da biodiversidade. Os povos tradicionais não indígenas possuem conhecimentos diversos acerca do uso da terra, dos ciclos da natureza, da forma de organização das atividades de trabalho e lazer existentes, dentre outros aspectos. No campo dos saberes tradicionais, essas práticas “... respondem por um entendimento formulado na experiência das relações com a natureza, informando o processo de acumulação de conhecimentos tradicionais através das gerações. São maneiras diversas de perceber, agir sobre o território.” (CASTRO, 1997, p. 225)

Pautado nesta compreensão, a relação homem-natureza constitui-se a partir de uma visão sócio histórica, considerando as transformações dos contextos socioculturais e políticos vivenciados por estas populações. Nestas sociedades, o manejo e a gestão dos recursos naturais são realizados de forma diferenciada das sociedades urbanas industriais, inseridos no modo de produção capitalista, nas sociedades tradicionais estes são desenvolvidos de forma conjunta aos processos sociais, naturais e culturais de cada comunidade, promovendo uma indissociabilidade das diversas dimensões da vida cotidiana.

O estudo que fundamenta este artigo objetivou analisar a sustentabilidade nas formas de uso e manejo de ervas e plantas medicinais associados aos conhecimentos tradicionais na comunidade de Santa Luzia em Caapiranga/AM, os resultados da pesquisa pretendem contribuir no processo de elaboração de políticas públicas voltadas para identificação, resgate e valorização desses saberes, garantindo assim a (re) produção da cultural local.

O estudo se constituiu subprojeto do projeto “guarda-chuva” financiado pelo CNPq/MCTI edital 025/2015, intitulado: *Montagem da paisagem do conhecimento: uma estratégia de resgate, valorização e proteção de conhecimentos de ervas e plantas medicinais em comunidades tradicionais na Amazônia*. O trabalho foi desenvolvido pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimentos de Tecnologias Sociais na Amazônia – Grupo Inter-Ação, que tem como proposta desenvolver ações de sustentabilidade socioambiental que contribuam para o desenvolvimento da região e inclusão social, seja na área urbana ou rural, na capital e no interior do Estado do Amazonas. O grupo está vinculado ao Departamento de

Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e ao Diretório 5.0 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A pesquisa possibilitou ampliação do banco de dados com informações qualificadas no que tange a discussão em torno da questão social no contexto Amazônico e na área socioambiental, sendo estas compreendidas, neste início de século XXI, enquanto questões fundamentais postas para o Serviço Social, frente à necessidade de elaboração de programas, planos, projetos e políticas públicas e sociais que contemplem as necessidades das populações tradicionais, as quais tem seu modo de ser e viver pautados na cultura e no saber local.

Desenvolvimento

Cultura e Conhecimento Tradicional em uma comunidade ribeirinha na Amazônia

As comunidades tradicionais possuem uma grande relação com o seu imenso território, de autoidentificação, é onde eles ganham a vida, trabalham, educam os filhos, agrupam-se, adquirem sua cultura bem como seu modo de pensar e agir e toda aquisição de saberes, desta forma compartilham uma herança cultural, segundo Wagley (1998), manifestada por meio de suas instituições, crenças e saberes.

Um aspecto relevante identificado nas culturas tradicionais de acordo com Diegues (1999) é a existência do sistema de uso e manejo dos recursos tradicionais, que são tidos não somente como uma das formas de exploração econômica destes recursos, mas, também conseguem revelar a diversidade de saberes dos povos tradicionais herdado, sobretudo dos mais velhos, sendo (re) passados pela tradição oral através de mitos, de símbolos e rezas e pela prática através do trabalho e do “saber fazer”, o que promove a manutenção do uso e manejo sustentável do modo de vida e dos ecossistemas naturais.

O conhecimento dos povos tradicionais implica na relação de interdependência do saber, com a cultura e com os recursos naturais locais. Sendo assim, eles exploram esses recursos com suas próprias tecnologias e práticas adaptadas a realidade amazônica, num processo centrado no desenvolvimento social, cultural, econômico e ambiental, apropriando o conhecimento técnico científico e cruzando com os saberes e práticas tradicionais (LEFF, 2009).

Município de Caapiranga/AM: breve caracterização

O município de Caapiranga compõe os 62 municípios do Estado do Amazonas e inicialmente tem sua história ligada ao município de Manacapuru. Segundo o IBGE (2015) em 1786 índios da etnia Mura fundaram uma aldeia no local que recebeu o nome de Manacapuru e foi elevado à categoria de município apenas em 1981. A denominação Caapiranga tem origem Tupi e significa folha vermelha, usada pelos índios nas pinturas corporais durante os festejos e rituais. O município recebeu este nome devido à grande quantidade dessa planta encontrada no local³

O município está situado na sétima Sub-região do Rio Negro/Solimões. Sua área total corresponde a 9.456,58 km², representando 0.602% do Estado do Amazonas, 0.2454% da Região norte e 0.1113% de todo o território brasileiro. A sede está situada no lago de Caapiranga a margem esquerda do Rio Solimões, distante da Capital (Manaus) 147 Km em linha reta e 272,2 milhas por via fluvial. (IBGE, 2010).

- Comunidade Santa Luzia (Bararuá)

Santa Luzia é uma comunidade ribeirinha com ecossistema de terra firme, situada no Lago Grande de Manacapuru sob jurisdição do Município de Caapiranga, no Estado do Amazonas. Foi fundada em 1980 com a chegada de 3 famílias: do Sr. Elois Batista, Dona Maria Solidade e Sr Azamor. Essas famílias buscaram nesta região oportunidade de moradia própria para o trabalho na agricultura e desenvolveram na comunidade roçados para produção da farinha e também plantio para o cultivo de outras espécies. A comunidade está situada entre as Comunidades de Castanheira, São Sebastião e São Francisco que fazem parte do município de Caapiranga-AM (Comunicação Verbal⁴).

A comunidade de Santa Luzia, chamada entre os comunitários como Bararuá, possui 30 casas, das quais apenas 26 estão ocupadas com 26 famílias, em média 132 moradores.

Conhecimentos tradicionais nas formas de uso e manejo de recursos genéticos vegetais em Santa Luzia

³ www.caapiranga.am.gov.br

⁴ Informações obtidas junto ao líder da comunidade (dados do Grupo Inter-Ação).

Os comunitários de Santa Luzia (Bararuá) possuem um vasto “saber-fazer” no que diz respeito as suas práticas agrícolas, no desenvolvimento de suas atividades no roçado, na agricultura, no modo de uso e manejo dos recursos naturais constituídos a varias gerações, pelo acúmulo de conhecimento sobre o espaço territorial no qual habitam, bem como pelas diferentes formas de organização sociocultural.

Neste caso, é possível afirmar que estes se apropriam dos recursos naturais não de forma predatória, mas com uma reciprocidade com a natureza, na qual percebem o tempo ecológico dos recursos florestais naturais (CHAVES et al, 2015). Na comunidade estudada foram identificados, a partir dos relatos dos moradores, 55 recursos tradicionais genéticos vegetais, com as devidas indicações para tratamento de doenças. Os comunitários realizam o cultivo, o manejo das ervas e plantas medicinais em canteiros suspensos, como também realizam a coleta dessas matérias orgânicas na mata ou no próprio quintal de suas casas, ressaltando que alguns destes recursos vegetais florísticos estão em locais de fácil acesso por conta do uso recorrente de algumas espécies.

Os resultados da pesquisa possibilitaram a identificação de elementos essenciais presentes na cultura local, no que diz respeito as formas de uso e manejo das plantas medicinais, os quais podem ser visualizados na figura a seguir.

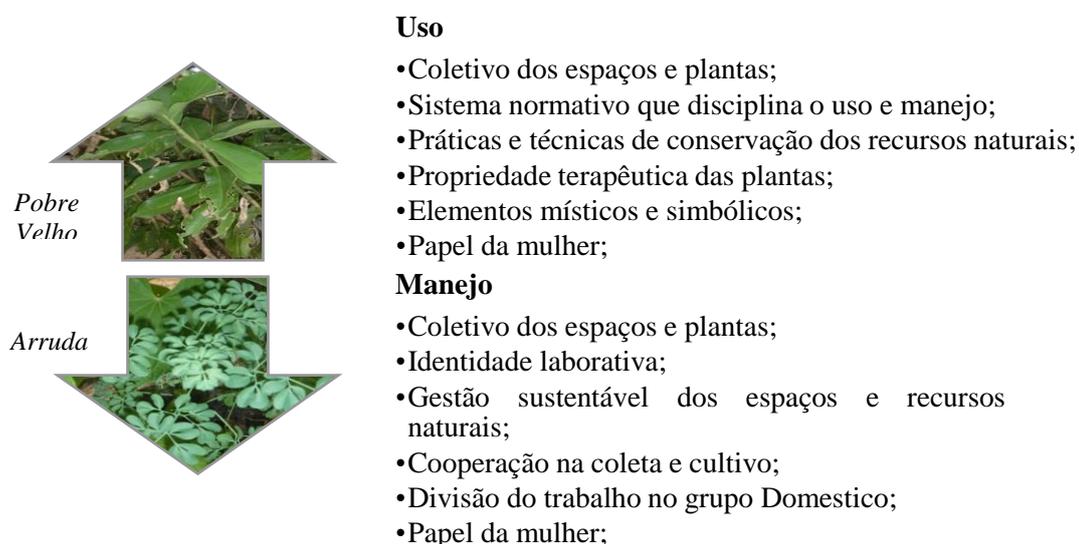


Figura 01: Esquema dos elementos socioculturais constitutivos das formas de aprendizagem do uso e manejo de plantas e ervas medicinais.

Fonte: sistematizado a partir Rodrigues (2015) e Pedrosa, PIB-SA/0050/2017, Pesquisa de campo, edital CNPq 025/2015.

Importante destacar que, os povos tradicionais desenvolveram ao longo de séculos um extenso saber no que se refere às características ambientais do território no qual habitam respeitando e aprendendo a viver de acordo com os processos e ciclos da natureza, sendo portadores de um vasto conhecimento dos recursos naturais locais em diversos aspectos, sobretudo no que se refere ao uso e manejo de plantas e ervas medicinais, o que legitima a Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, (2016), que afirma que as plantas são bastante utilizadas para uso medicinal nas práticas populares tradicionais.

No Brasil em 2006 com o intuito de estabelecer diretrizes na área de plantas medicinais o Ministério da Saúde elaborou e aprovou a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos pelo Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006, tornando-se este parte essencial das políticas públicas de saúde, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social do Brasil, tendo como ação a promoção e a melhoria na qualidade de vida das populações brasileiras, com o objetivo voltado para:

à garantia do acesso seguro e uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos em nosso país, ao desenvolvimento de tecnologias e inovações, assim como ao fortalecimento das cadeias e dos arranjos produtivos, ao uso sustentável da biodiversidade brasileira e ao desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde.(Cartilha do Ministério da Saúde. Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, 2016, p. 13).

Além destes princípios, esta política também visa o respeito às diversidades e particularidades de cada região, reconhecendo que existem várias práticas e saberes tradicionais que norteiam a medicina tradicional dos povos tradicionais que possuem formas particulares e diversificadas de uso e manejo de plantas e ervas medicinais. De acordo com resultado da pesquisa 70% dos informantes têm sua própria horta individual de plantas e ervas medicinais no quintal de suas casas.

A importância das hortas perto das residências dos comunitários destina-se pelo fácil acesso, bem como a coleta e ao uso de algumas plantas e ervas, outro ponto observado é a troca de plantas entre os comunitários, pois quando um comunitário não tem determinada planta o vizinho fornece, desse modo acontece o sistema de troca com base na ajuda mútua entre os comunitários não somente a isso mais também ao “saber-fazer” relacionado ao uso e manejo de plantas ervas medicinais.

Um dado relevante, ainda, diz respeito a importância da horta medicinal para os comunitários, as falas revelam que:

É muito importante para saúde das pessoas, é uma farmácia que Deus deixou aqui. (Informante nº 5 – pesquisa de campo - PIB-SA/0050/2017 – edital 025)

Aprendi com meus pais, aqui mesmo neste rio e compartilhando o conhecimento com outros amigos, [...] Esse momento é muito importante, porque para nós do interior é nossa chance de se tratar, e a gente toma com fé em Deus e dá certo. (Informante nº 9 – pesquisa de campo – PIB-SA/0050/2017 - edital 025)

Os moradores da comunidade desenvolveram ao longo dos anos formas de elaboração de diagnóstico, indicações para tratamento, as partes utilizadas das plantas e as formas de uso, bem como a disponibilização sobre a preparação de algumas receitas de plantas medicinais.

Neste processo os comunitários fazem a extração dos recursos naturais ao mesmo tempo em que realizam a recuperação das espécies utilizadas, os mesmo apresentam capacidade adaptativa, de criação e inovação de suas práticas agrícolas para atenderem a diferentes fatores sejam eles ambientais, sociais, econômicos, todos centrados no saber da cultural local que estes grupos sociais possuem e no qual determinam o seu modo de vida.

As comunidades rurais tradicionais possuem um amplo saber sobre o ambiente amazônico conforme Chaves et al (2015), esses sujeitos utilizam mais de uma área para o manejo dos recursos naturais, como a floresta, os rios, igarapés dentre o próprio quintal, nestes locais as demarcações são feitas de diferentes formas, sem cercas ou limites físicos, obedecem acordos feitos e estabelecidos pelo grupo comunitário e familiar, sendo válido também para as atividades laborais e de vivência comunitária.

Na Amazônia é possível identificar uma intervenção humana mínima no que se refere aos recursos florestais, seja fauna e flora, pois as comunidades tradicionais da Amazônia realizam suas atividades numa perspectiva sustentável de aproveitamento do ecossistema natural ecológico (LEFF, 2009).

As populações tradicionais realizam suas atividades agrícolas a longo prazo, com uma “tecnologia” apropriada para a particularidade de cada região, no qual não envolve grandes custos econômicos, pois eles produzem para subsistência familiar, satisfazendo suas necessidades básicas (LEFF, 2009). Deste modo, os comunitários de

Santa Luzia não produzem visando a degradação dos recursos naturais, pois trabalham visando a manutenção ambiental para a geração presente e para as futuras gerações.

Com isso, os comunitários de Santa Luzia ao longo dos anos desenvolveram e adaptaram suas práticas agrícolas no que diz respeito à época do plantio, no tipo de adubação do solo, na irrigação e na forma de colheita. Estabelecem relação de simbiose homem-natureza, seja nas relações interpessoais ou com os recursos locais, animais ou vegetais disponíveis na comunidade, esta forma de ser e viver possibilita também a constituição e consolidação da ajuda mútua entre os grupos comunitários.

Os comunitários realizam o manejo e uso da horta numa ética sustentável, não realizam essa atividade como uma alternativa econômica, geradora de renda, mas, quando perguntados disseram que seria uma boa ideia criar uma farmácia de plantas medicinais comunitária. Um dos elementos importante nesta análise diz respeito à fabricação de remédios caseiros obtidos pelas populações tradicionais, no qual atendem as necessidades básicas da saúde dos membros da comunidade, processo conhecido como medicina tradicional.

Na cultura local, ressaltam-se elementos constitutivos nas formas aprendizagem e difusão dos conhecimentos tradicionais transmitidos pela tradição oral, sendo este um dos fatores determinantes do modo de vida dessas populações.

As comunidades amazônicas possuem um aporte de saberes tradicionais que são (re) passados e permanecem ao longo de séculos e gerações, seja na fala dos comunitários, na realização do trabalho na casa de farinha, na mata, na caça e no cuidado do roçado dentre outras atividades.

No que diz respeito à saúde, o posto está em funcionamento há 15 anos. Possui 04 (quatro) profissionais, 01 (um) agente de saúde, 01 (um) agente comunitário que realiza visita domiciliar para a identificação de dados sobre doenças, 01 (um) enfermeiro e 01 (um) zelador. Há 9 (nove) anos a comunidade não recebe atendimento médico e odontológico pela secretária de saúde do município de forma sistemática. Importante destacar que, a comunidade tem recebido atendimento médico-odontológico a partir do estabelecimento de parcerias com ONGs de ajuda humanitária e cristãs de Manaus, do Brasil e dos EUA que fazem atendimento em comunidades ribeirinhas eventualmente, com profissionais da área da saúde como voluntários. Em caso de urgência é necessário o deslocamento dos comunitários para a comunidade de São Lázaro, que dispõe de uma “ambulância” (voadeira com motor 15Kwa) do posto de

saúde, para que seja realizado deslocamento do paciente até o município de Manacapuru/AM, distante 10h de barco da comunidade.

Desta forma, as plantas e ervas medicinais garantem aos comunitários de Bararuá, uma forma alternativa no acesso a atenção a saúde, tendo em vista que esses sujeitos possuem um modo de vida, de produção e reprodução social com particularidades sócio históricas, culturais e ambientais na região Amazônica.

Não obstante a este contexto, é possível ver no art. 2º da lei 8.080 a saúde como “um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.” (BRASIL, 1990 - Título I das Disposições Gerais da lei nº 8.080).

O acesso a saúde das populações tradicionais de acordo com a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (2013), é condicionada por fatores como: sociais, raciais e de gênero, econômicos, tecnológicos e organizacionais relacionados ao perfil de produção e consumo, além dos riscos de natureza física, química, biológica, mecânica e ergonômica presentes nos processos de trabalho particulares desses sujeitos.

Sendo assim é importante frisar que desde 1991 a Organização Mundial de Saúde (OMS), já reconhecia a importância da medicina tradicional, mesmo com todo o desenvolvimento da medicina moderna, com isso grande parte da população mundial, sobretudo de países considerados subdesenvolvidos, ainda fazem uso e dependem das práticas da medicina tradicional para o cuidado básico da saúde, utilizando plantas e ervas, como preparação das mesmas para medicamentos na atenção primária da saúde.

Desta forma, os sujeitos da pesquisa se fundamentam, (re) organizam suas práticas e técnicas agrícolas produtivas sustentáveis, centrados numa ética de conservação com os recursos naturais, com o propósito de assegurarem o bem-estar da geração presente e das futuras, pautado nas dimensões da sustentabilidade social, econômica, cultural e ambiental.

Considerações Finais

Abordar a temática da sustentabilidade na sociedade contemporânea não é tarefa fácil, para Morin (2004), há um paradoxo, principalmente no que concerne ao saber global e o saber local, pois são saberes que desejam e que buscam objetivos de vida

diferenciados, são relações complexas que envolvem estes saberes. Neste contexto, assegurar um desenvolvimento com sustentabilidade requer observações de princípios éticos de solidariedade centrada nas dimensões da sustentabilidade como um sistema imbricado e indissociável, em contraposição ao modelo de sociedade dominante, sobre tudo no ocidente, qual seja o capitalismo.

Tendo por base a sistematização dos objetivos das dimensões da sustentabilidade, aliada as características de uso e manejo de plantas e ervas medicinais, é possível fazer as seguintes considerações sobre as práticas desenvolvidas pelos comunitários da comunidade estudada:

- apropriação do saber-fazer no que se refere ao modo de uso e realização do manejo com as plantas e ervas, desde o cuidado com o adubo, a semente ou muda, até a preparação de remédios caseiros;
- produção e reprodução dos conhecimentos tradicionais, principalmente no que concerne aos recursos naturais da comunidade, no qual os comunitários realizam a conservação das espécies naturais e nativas da comunidade;
- participação ativa dos comunitários mais idosos nas tomadas de decisões e realizações das atividades agrícolas, bem como junto a associação de moradores e agricultores.
- (re) elaboração de práticas, instrumentos e tecnologias apropriadas para cada atividade, no qual se observa soluções eficientes na forma de adaptação dessas tecnologias tidas como sociais para as atividades agrícolas desenvolvidas pelos comunitários;
- os comunitários são agentes multiplicadores do conhecimento adquirido, pois os mesmos realizam a propagação desses saberes adquiridos pela experiência de vida e pela tradição oral.

Vale ressaltar, neste contexto, que as comunidades tradicionais possuem formas de uso e manejo pautados na relação que estes estabelecem com a natureza, baseado em suas crenças, costumes, habilidades, saberes que são repassados e transformados de acordo com a cultura e a partir dos conhecimentos tradicionais, os quais precisam ser reconhecidos e respeitados em seus espaços de vida social e cultural.

Nesse contexto, o manejo dos recursos naturais desenvolvido por esta comunidade pode ser considerado tendo como base uma ética sustentável, no qual há

espaço para inovação ao mesmo tempo em que conservam esses recursos, são sujeitos proativos, os conhecimentos tradicionais se fundamentam sob uma reorganização produtiva e sustentável integrando as técnicas e práticas agrícolas com os recursos naturais, promovendo baixo impacto no ecossistema local.

Desse modo, o estudo, contribui no processo de identificação dos saberes/conhecimentos tradicionais sobre recursos genéticos naturais na comunidade que compõe a região amazônica, visibilizando, ainda, a importância cultural desses povos como “guardiões” de conhecimentos relevantes, detentores de práticas adaptadas ao contexto que habitam, os quais ao longo dos séculos desenvolveram práticas que possibilitaram a manutenção do modo de vida e dos conhecimentos herdados por gerações.

O modo de vida de comunidades tradicionais não indígenas na Amazônia pautado em uma lógica diferenciada das sociedades urbanas industriais assume caráter de relevância social e cultural no que concernem as formas específicas de uso e manejo dos recursos naturais, mas também pela busca e construção de alternativas visando melhores condições de vida, a partir de sua própria realidade, utilizando o que se encontra disponível na comunidade, garantindo (re) produção material, imaterial e sociocultural.

Diante deste debate, no âmbito da busca por consolidação da cidadania, acesso e garantia de direitos sociais para estas populações, o profissional de Serviço Social assume importante posição política nas sociedades capitalistas neste século XXI. Considerando a pluralidade existente no Brasil quanto às expressões da questão social, entende-se que o estudo contribui de modo ímpar visibilizando novos campos de atuação e intervenção profissional de forma qualificada, atuando na defesa das populações em situação de risco e vulnerabilidade socioambiental no contexto local e regional, proporcionando espaço para criação de políticas públicas e sociais voltadas para valorização dos conhecimentos tradicionais e do “saber-fazer” das populações tradicionais na Amazônia.

A proposição de políticas condizentes com a realidade regional e local, sem desconsiderar o contexto nacional e global, tem o potencial de promover a inclusão social e melhoraria na qualidade de vida por meio de acesso a bens e serviços.

Importante destacar, ainda, a identificação de princípios da sustentabilidade nas formas de organização social, econômica, cultural e ambiental, expressas nas diferentes

práticas e saberes dos comunitários de Santa Luzia, bem como o reconhecimento dos saberes/conhecimentos produzidos, como pode ser visualizado na figura a seguir.

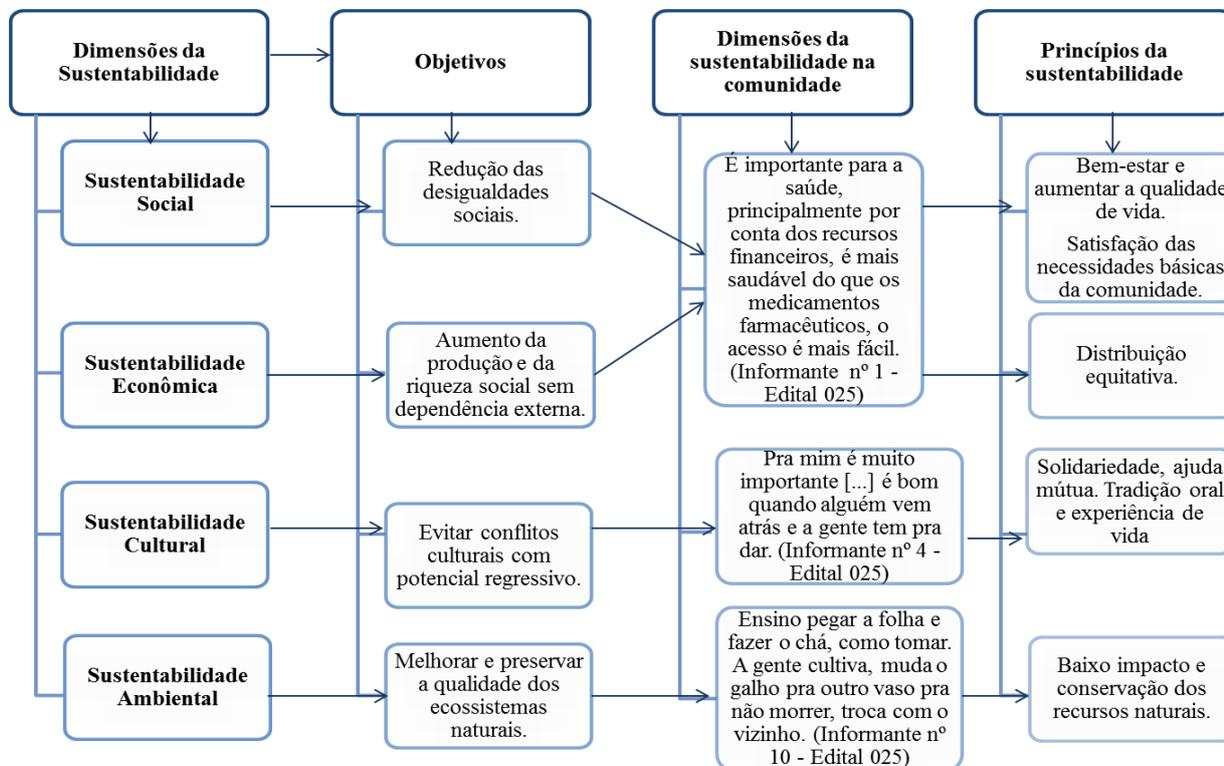


Figura 02: Dimensões da sustentabilidade identificadas na comunidade de Santa Luzia.

Fonte: elaborado por Pedrosa, pesquisa de campo PIB-SA/0050/2017, a partir de Montibeller-Filho, 2008.

A identificação destes princípios no contexto comunitário remete a necessidade de pensar o conhecimento técnico científico aliado ao popular tradicional, a fim de promover um real desenvolvimento que considere as diferentes dimensões da vida cotidiana em sua realidade concreta e de forma articulada. Neste caso, não foi tratado o valor econômico em si dos conhecimentos tradicionais associados ao uso da biodiversidade, mas, sobretudo o valor imaterial, social e cultural para população tradicional que vive Amazônia.

Referências

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de Sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília – DF, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - Departamento de Assistência Farmacêutica. Brasília – DF, 2006

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 1. ed. 1. reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CASTRO, Edna. Territórios, biodiversidade e saberes tradicionais. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Org.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: UFPA/NAGA/CNRS, 1997.

CHAVES, Maria do P. Socorro Rodrigues et al. Saberes Tradicionais e Práticas de Sustentabilidade em Comunidades Ribeirinhas na Amazônia. In: FRAXE, Therezinha de J. Pinto et al. **Agroecologia em Sociedades Amazônicas**. Manaus: Moderna, 2015.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE Alma-Ata. **Declaração de Alma-Ata**. URSS, 6-12 de setembro de 1978.

DIEGUES, Antonio Carlos (ORG). Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil. In: BIODIVERSIDADE e Comunidades Tradicionais no Brasil. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Coordenadoria da Biodiversidade (COBIO); São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras - Universidade de São Paulo (NUPAU), maio 1999.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Caapiranga/Amazonas**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=130083>. Acesso em: 20 fev. 2017.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria C. de Souza; DESLANDES, Suely F. et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Maria Cecília de Souza Minayo (Org.). 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORIN, Edgar. **Saberes Globais e Saberes Locais**: o olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. **Conhecimentos Tradicionais e mecanismos de proteção**: estudo de caso nas comunidades de Ebenézer e Mucajá em Maués/AM. 1. ed. Manaus: Edua, 2015.

WAGLEY, Charles. **Uma Comunidade Amazônica**: estudo do homem nos trópicos. 3. ed. Tradução de Clotilde da Silva Costa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.